

ATA CRESEMS

No dia 15 de março de 2011 se reuniram na 11ª Regional de Saúde os 25 secretários de saúde da COMCAM para a segunda reunião do Conselho Regional de Secretarias Municipais de Saúde - CRESEMS. A reunião se iniciou com a discussão sobre a Central de Vagas de Maringá. A secretária de Campo Mourão Ana Lúcia iniciou a discussão questionando a vaga zero e dizendo que esta não funciona. De comum entre todos os secretários que passam pelo mesmo problema, a vaga zero não dá segurança legal para encaminhar o paciente e a equipe de saúde questiona o secretário quanto a este tipo de vaga, já que há a possibilidade do hospital a ser encaminhado não receber o paciente. Após este assunto foi sugerido o valor de meio salário para plantão à distância pelo Dr. Claudino aos secretários de saúde. A proposta foi apresentada pela secretária de Campo Mourão Ana Lúcia, os secretários também salientaram a responsabilidade do Dr. Claudino como prestador de serviço ser responsável pela contratação e cumprimento de carga horária e atendimento aos pacientes que vierem a ser atendidos na Central Hospitalar. Nesta mesma discussão a presidente do CRESEMS Cristiane Pantaleão salientou que deveria se estabelecer prazo para fechar contrato com os hospitais conforme já discutido em outras reuniões e que a Secretaria de Campo Mourão ficou de iniciar o processo. Ana Lúcia disse que os municípios da região têm saídas que Campo Mourão não tem por se tratar de um município em gestão plena e referencia para os demais. É necessário que todo mundo se ajude. A Secretária de Goioerê, Maria Cristina salientou a questão da COT em Goioerê e por causa disso e brigas internas com a Central Hospitalar, o município se encontra em dificuldade de acesso à Central Hospitalar e citou o caso de um paciente de Goioerê encaminhado para endoscopia, onde foi cobrado R\$ 50,00 uma ampola. A Secretária de Mamborê Kátia salientou que Dr. Rodolfo tentou resolver os problemas sem encaminhar para o Ministério Público, mas que atualmente a situação está no seu limite e a participação sensata do MP auxiliará no melhor atendimento de saúde para a população da COMCAM. Nesta mesma discussão todos os secretários discutiram se há médico no pronto atendimento da Central Hospitalar conforme informações do CSNES? Onde está a Porta de Entrada para a Emergência e Urgência da Região? É a Santa Casa ou é a Central Hospitalar ou são os dois? A presidente do CRESEMS relatou que a situação atual é que os secretários de saúde são reféns dos médicos e salientou que a comissão teria que se organizar até junho para ir juntos com a Ana Lúcia lutar para a organização da atenção. Ana Lúcia salientou que o Pérsio filho do Claudino consegue conversar, e quer resolver a situação, mas que realmente eles fazem o que querem, ninguém tem bônus, só ônus. Como propostas, ficou: Marcar reunião com a central de leitos e ver posição deles frente a isso, junto com a Regional; Montar comissão junto a Regional e montar os contratos com os hospitais de Campo Mourão. A situação se iniciou já de forma equivocada, salienta Ana Lúcia, quando foi feita a contratualização do Hospital não foi passado para os profissionais, eles não se vêem como profissionais que precisam trabalhar para a região, são profissionais que não compreendem o seu papel no SUS. Dr. Pedro recebeu uma carta do MP que não é responsável pelo atendimento. Não pode obrigar o médico a fazer o plantão e não se pode deixar a população sem atendimento médico. Sobre a discussão dos anestesistas, Ana Lúcia disse que quem paga o anestesista atualmente é Campo Mourão. A Santa Casa vem fazendo "greve branca", não operando os pacientes e a culpa é dos anestesistas. Como a Santa Casa quer cobrar *per capita* dos municípios, fazer os secretários pagar subvenção, isto é resolver os problemas de saúde de Campo Mourão? Ana Lúcia

salientou que haverá uma central de regulação da secretaria de saúde de Campo Mourão, específica para cirurgias eletivas, tirando os nomes da fila das mãos dos médicos e regularizando a situação. A Santa Casa também terá que realizar as cirurgias e resolver o problema do “SUS PLUS” - AIH gerada nos consultórios e gerada na santa casa. Ficou resolvido entre os secretários que o médico que não está cobrando AIH direito, limpar do SCNES para limitar o acesso deste profissional nas internações hospitalares e no respeito com o dinheiro público. A presidente do CRESEMS fecha a reunião com os assuntos gerais apontados na Bipartite estadual entre eles: Educação e saúde abrindo cursos, fortalecimento das regionais e da atenção primária, levantamento da atenção e readequação dos serviços; capacitação de gestores e funcionários; financiamento de 9 % no último ano e partir do segundo semestre vão passar os 12%, tirar fotos das Unidades Básicas e mandar para iniciar reformas, mandar para a Grace, fortalecer os consórcios, programa de apoio aos hospitais do Paraná – HOSPSUS, organização das Redes de Atenção de referência. O Plano diretor feito pelo Renê não foi viabilizado o PDR, quem tem cartão SUS iriam unificar o sistema, o Ministro Padilha está avaliando para ver onde estão os escoamentos para solicitar mais, Centros regionais de especialidades; Mutirão de eletivas; SAMU – guardar a ambulância e provalmente não vai virar porque não formou a rede de urgência e emergência, Clínica da mulher virará clínica da família paranaense, quem não abriu não abre mais e probabilidade de cortar os recursos e não virá mais o colposcópio, revisão de AIH, 8% de acordo com a população e passar para 7,5%, quem for plena não precisa passar por isso, mas outra questão é mexer no teto financeiro. Há um déficit no Estado de 49 milhões e o Paraná precisa se adequar, a última pactuação de AIH foi em 2000 e se aplicar o índice vai levar paulada. Por fim a presidente salientou o problema dos municípios que estão com o CEONC Cascavel, que não querem vir para Campo Mourão e segundo a secretária de Campo Mourão, o município sede não possui estrutura para receber os 11 municípios da 11ª Regional que estão no CEONC. Ficou decidido a apresentação por escrito dos municípios que estão no CEONC para a Regional de saúde, a necessidade neste momento de permanecer no CEONC dado a gravidade dos problemas relacionados a patologia Câncer, o acesso deste pacientes facilitados pela proximidade de Cascavel e alto nível de atenção dado a este paciente pelos profissionais do CEONC. Sem mais para o momento, eu Lilian Welz, secretária do CRESEMS lavrei a presente Ata e não tendo mais a declara, a reunião se encerrou com todos os secretários de saúde dizendo que este ano seria um ano de muito trabalho e decisivo para o SUS no Paraná e na região.